
Os mercados, os seus saberes e as suas incertezas

The Markets, Their Knowledges, and Their Uncertainties

Les marchés, leur savoirs et leur incertitudes

João Caraça



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1281>

DOI: 10.4000/rccs.1281

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 outubro 2002

Paginação: 209-219

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

João Caraça, « Os mercados, os seus saberes e as suas incertezas », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63 | 2002, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1281> ; DOI : 10.4000/rccs.1281



JOÃO CARAÇA

Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/UTL)

Os mercados, os seus saberes e as suas incertezas

A globalização, tal qual a conhecemos, não resolve os problemas, nem equaciona as questões, do viver em conjunto sobre a Terra. No contexto actual, a luta pela democracia assume, assim, três vectores essenciais: a reinvenção do poder emancipador do conhecimento, com mais e melhores ciências, ciências sociais e outros saberes argumentativos; a reintrodução da escola como o local privilegiado da aprendizagem para a cidadania plena; a instalação e defesa de uma sociedade do reconhecimento, em que a valorização do outro como interlocutor corresponda ao pulsar planetário da nossa espécie.

1. Os mercados e a globalização

O funcionamento da democracia, ao basear-se na participação do cidadão no processo político, bem como na sua capacidade de verificação das consequências dos actos do poder, implica uma sociedade altamente motivada em relação às questões da sua própria condução, isto é, escolarizada, culta e informada. Porque a sua legitimidade assenta na vontade popular livremente expressa, dos princípios democráticos constam a circulação sem entraves da informação sobre os procedimentos da governação e da tomada de decisões e o acesso dos cidadãos aos seus registos.

O regime de poder político democrático possui, assim, uma ambiguidade intrínseca na sua relação com a esfera da actividade económica. As bases que suportam o seu funcionamento pleno pressupõem um certo nível de rendimento e de conhecimentos técnicos por parte da maioria da sua população, sob pena de ser excluído da afirmação da vontade popular, por ignorância ou por temor (ou ambos), um considerável número de cidadãos. Precisa, pois, à partida, que exista um nível mínimo de desempenho económico e de redistribuição; e o seu reforço passa por conseguir não pôr em causa estas condições de base.

Vemos deste modo como no mundo desenvolvido de hoje os maiores perigos que espreitam as sociedades “distraídas” são a iliteracia, a incultura e a desinformação. Não é preciso forçarmos muito a memória para desenter-

rar exemplos e mais exemplos de como quando se consegue controlar os meios de formação da opinião pública se está a um passo de torná-la uma farsa da vontade popular.

Por este motivo, a luta pela escolaridade, pela cultura e pelo acesso à informação é um aspecto central na autêntica guerra civil “fria” (ou surda) que se trava no seio das sociedades contemporâneas entre o poder do capital financeiro – ou capitalismo informacional, como lhe chama Manuel Castells (2000) – e dos seus aliados conjunturais, e os outros poderes societais.

É a escolarização que fornece os códigos básicos para entender a grelha de leitura do presente; é a cultura integral que promove a atitude de interrogação constante do que se passa, que favorece a aprendizagem das novas linguagens em que se exprimem as novas questões surgidas na transformação do quotidiano em novo quotidiano.

Assistimos, assim, a verdadeiras campanhas nesta guerra não declarada, como os ataques à escola e às universidades, como a desacreditação e a banalização dos valores e das instituições políticas, como a idiotização e a intoxicação dos cidadãos pelo espectáculo, como a fatalização e a ritualização das escolhas – que passam a ser “únicas”. Só se admitirmos que decorre uma guerra no seio da sociedade civil poderemos perceber correctamente as razões e o significado dos confrontos entre “globalização” e “antiglobalização”, de Seattle a Génova, de Davos a Porto Alegre. Com efeito, donde provém este desencanto com a actual forma de governação?

É necessário primeiro olhar para o sistema internacional que herdámos, a ordem de Vestefália, que vemos emergir como uma solução dos conflitos que geraram a modernidade. A ordem mundial de Vestefália assentava numa rede de Estados-nação, cuja soberania territorial era inviolável. Este novo tipo de relacionamento internacional, em que a prevalência dos territórios geográficos era a base fundadora, levou naturalmente à noção de soberania nacional, e mais tarde (com os ventos das revoluções liberais) à de soberania popular, consubstanciada dentro dos limites de um território nacional inviolável. Assim se chegou ao século XX.

Mas, com o século XX, vieram também a I Grande Guerra e a crise dos anos 30, que levaram a Europa e o mundo directamente à II Grande Guerra e à ordem da Guerra Fria.

A ordem da Guerra Fria (a dos dois blocos e do terceiro mundo), como todos os períodos de transição, viu o reforço dos valores do passado ser acompanhado do emergir das sementes do relacionamento futuro. No mundo ocidental, assistiu-se ao predomínio americano, à “americanização”, como argutamente observou Eduardo Lourenço. A América é a liderança tecnológica e militar, baseada nas armas nucleares e nos mísseis, organizada

a partir de grandes complexos e empresas multinacionais. Mas é também o McDonald's (ou a possibilidade de se alimentar a qualquer hora), a Coca-Cola (ou a liberdade para parar a qualquer momento), bem como a explosão da música popular, do automóvel, do vídeo, do vestir "casual", da televisão como fundo, da publicidade omnipresente.

Com a crise que derrotou o sistema soviético nos anos 80, a crença no comércio livre e nas suas virtualidades institucionalizou-se. Vemos assim como a "globalização" não foi obra directa e fatal dos mercados, pois os mercados para funcionarem "livremente" precisam de um bem definido exercício do poder, de uma lei (que define o respectivo regime de propriedade) que claramente os regule.

Quer dizer, a nova ordem económica da globalização foi-se estabelecendo no contexto do sistema internacional vigente, criando conflitos e forçando a sua resolução, coadjuvada pela produção de novos valores e de poderosos símbolos de "como estar" no mundo. E suportada por uma tecnologia e uma infra-estrutura adequadas.

A globalização tem uma forte componente técnica, mas também possui componentes ideológicas e políticas declaradas: esta globalização privilegia (selecciona) um certo tipo de capitalismo, "desvalorizando" os outros, provoca um "rearranjo" do sistema de poderes para garantir a operacionalidade das novas condições de funcionamento dos mercados.

A globalização, o capitalismo e os mercados aparecem, pois, interligados, mas são, na realidade, coisas diferentes. Os mercados existem desde há milénios. Não há mercados sem cidades, disse magistralmente Fernand Braudel (1979). Do mesmo modo, não há cidades sem mercados. À medida que as economias se desenvolveram, com a criação de novas cidades e, depois, de novas malhas urbanas, os mercados espraíram-se pelo planeta. A "trans-urbanização" a que assistimos hoje em dia leva os mercados com ela: uma economia moderna contra os mercados seria impensável. O sistema do mercado (auto-)organiza a actividade económica através das interacções entre os seus agentes. A sua eficiência, relativamente a outros modos de organização económica e social, como a agrícola ou a planificada, deriva da diversidade e da complexidade das estratégias dos actores em palco.

Mas o sistema de mercado de hoje não é o mesmo do dos tempos de Adam Smith: em vez de um Estado mínimo, o Estado é no nosso tempo um enorme fornecedor, um gigantesco devedor e um frequente credor. Charles Lindblom, no recente livro sobre o funcionamento dos mercados (Lindblom, 2001), apelida o sistema actual de "sistema de mercado governado" para realçar a intervenção do Estado na economia, como comprador e fornecedor de infra-estruturas e de serviços, como regulador, como fonte de finan-

ciamentos e de subsídios. Uma sociedade urbanizada sem um sistema de mercado a funcionar é uma construção irreal. Mas há muitos tipos de economias de mercado – consoante o papel e o peso da relação entre o sector público e o sector privado.

Por outro lado, o capitalismo corresponde a um regime do poder económico cuja legitimidade assenta na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada da riqueza material por eles produzida. O capitalismo envolve a institucionalização de uma relação de emprego, o controlo do modo e do padrão do trabalho gerador de riqueza. Sem a venda do poder do trabalho a um empregador não há capitalismo, como explica Geoffrey Hodgson (1999). É a relação de emprego e a sua manutenção, apoiada num regime de direitos de propriedade favorável e estável, que gera o capitalismo.

O capitalismo de hoje exige, pois, o regime de direitos de propriedade que mais o favorece, impõe a relação de emprego que mais lhe convém. Empurrando e pisando tudo o que se lhe opõe, enquanto para tal tiver força. Já conseguiu liberalizar os mercados de inúmeras nações relativamente ao investimento estrangeiro; já conseguiu “desregulamentar” as economias nacionais no sentido de aceitarem novas regras, mais adequadas à sua penetração e intervenção; já conseguiu, através do mecanismo das privatizações, uma alteração decisiva a seu favor do equilíbrio de forças entre os sectores público e privado das economias dos países ocidentais. E assim vai continuar, por outras regiões do mundo. Enquanto puder.

O futuro do capitalismo financeiro depende da sua capacidade de “colonizar” um poder político dominante que com ele organize e estabilize o caleidoscópio dos poderes sociais, planetários. Mas esse futuro não existirá se se atacar a capacidade inovadora intrínseca da sociedade – a educação, a cultura, a solidariedade social.

Um futuro sustentável implica cedências que só adquirem sentido no âmbito de uma visão de longo prazo. Mas essa visão, de momento, não existe. Nem sabemos onde estão os que a poderão originar. O capital financeiro global não tem rosto. Acoberta-se atrás de umas figuras que se prestam a fazer o papel de poderosos, das delegações da Organização Mundial do Comércio aos dirigentes do G8.

2. A Guerra Fria: da ciência à tecnociência

O século XX testemunhou um intenso crescimento do conjunto dos conhecimentos científicos e das suas aplicações, bem como um reforço significativo das bases científicas dos processos de desenvolvimento tecnológico. A ciência tornou-se um elemento constitutivo das operações de uma socie-

dade moderna, funcionando hoje como recurso essencial para o desempenho económico, como fonte de vantagem estratégica para a segurança e a defesa, como arma indiscutível na luta contra a doença.

Este carácter “instrumental” da ciência é relativamente recente: deriva da importância central de algumas das suas aplicações no domínio do aero-espacial, da electrónica, das telecomunicações e produtos farmacêuticos, que alteraram profundamente o modo de estar em sociedade, dos negócios aos transportes, do imobiliário aos *media*. Aplicações que surgiram durante o período e no contexto da Guerra Fria, que vemos ocupar quase integralmente a segunda metade desse século.

Cabe por isso reflectir sobre se esse esforço poderia ter ocorrido de modo diverso do verificado ou, por tal exercício carecer de sentido, até que ponto as razões que o animaram se transubstanciaram.

Um importante estudo comparado dos objectivos de política científica dos Estados Unidos da América nos anos 1940 e 1990, incluído na publicação, pelo National Science Board, dos mais recentes Indicadores de Ciência e Engenharia (“Science and Engineering Indicators 2000”) fornece-nos algumas pistas para essa reflexão (National Science Board, 2000).

O capítulo primeiro dos “Indicadores 2000” contém um excelente texto de William Blanpied e Jennifer Bond, ambos da National Science Foundation, em que se analisam os recursos, a organização e as principais questões colocadas ao empreendimento científico e tecnológico americano em dois períodos de pós-guerra: a seguir à Segunda Grande Guerra e a seguir à Guerra Fria. Consideram os autores, e bem, que estes dois períodos de transição são significativos, pelas continuidades e pelas mudanças que assumem. O interesse desta análise para nós, europeus, tem que ver com o facto de as quatro décadas de Guerra Fria marcarem o declínio do poderio geo-estratégico das nações europeias no mundo, na sequência das duas guerras mundiais que as dilaceraram, na primeira metade do século passado. O primeiro período apontado correspondem à emergência dos EUA como potência mundial, organizadora de um hemisfério onde influenciou poderosamente a actividade política e económica, e o segundo à reemergência dos EUA como vencedor absoluto planetário e herdeiro “natural” da tradição e dos preconceitos que norteiam a acção dos senhores do mundo.

É, pois, manifestamente difícil desembaraçar a Guerra Fria da meada da globalização e das aplicações tecnológicas da ciência. Mas como o futuro nunca está escrito, o que se pode é tentar detectar as intenções dos actores centrais em cada época quanto ao seu futuro e as linhas de força em que se baseiam. É que o discurso sobre o futuro é a melhor transcrição dos anseios, das visões, das aspirações... e dos receios, colectivos, de qualquer comunidade.

O capítulo 1 dos Indicadores 2000 começa, naturalmente, com uma referência ao documento fundador da política científica, o relatório “Science, the Endless Frontier”, de Vannevar Bush, conselheiro científico do Presidente dos EUA. Este relatório, publicado em Julho de 1945, foi elaborado como resposta à questão de como utilizar eficazmente, nos dias de paz que se iam seguir ao fim da guerra, a experiência e as capacidades técnicas dos milhares de cientistas em universidades e empresas que colaboraram no esforço de defesa, a fim de melhorar as condições de saúde pública, de criar novas empresas e novos empregos, de aumentar o nível de vida.

A resposta de V. Bush foi liminar: (i) o progresso científico é essencial – na luta contra a doença, para a segurança nacional, para o bem-estar público; (ii) é preciso renovar o talento científico – estimulando os jovens, mas não esquecendo aqueles que participaram na guerra; (iii) é preciso formular um programa para a acção – criando uma agência para complementar o apoio à investigação básica nas universidades e nos institutos de investigação, quer em medicina, quer nas ciências naturais, e administrando um programa de bolsas de investigação (um esboço do que viria a ser a National Science Foundation, instituída em Maio de 1950).

Os pontos essenciais do relatório eram, pois, os seguintes: que a ciência era a nova “fronteira” americana, a do novo desenvolvimento nacional; que era necessário “organizar” eficazmente o processo de aplicação tecnológica da nova ciência gerada no âmbito do esforço da guerra; que o reforço da ciência era uma preocupação legítima da governação.

“Science, the Endless Frontier” reconhecia deste modo a importância vital da ciência para a sociedade moderna: «Sem progresso científico nenhuma outra realização em qualquer domínio poderá assegurar a saúde, a prosperidade e a segurança da nossa nação no mundo moderno». Saúde, prosperidade e segurança são, assim, as palavras chave da relação da ciência com a sociedade nos meados do século XX.

Mas, poucos dias depois da publicação deste relatório, eram lançadas bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Um ano depois eram criados o Office of Naval Research (o primeiro laboratório federal de investigação militar) e a Atomic Energy Commission (para coordenar as aplicações pacíficas da energia nuclear). Dois anos depois era anunciado publicamente o Plano Marshall. E a Guerra da Coreia iria começar em Junho de 1950.

O contexto de paz pressuposto no texto de V. Bush transfigurou-se rápida e friamente num outro, de guerra... o de uma nova guerra que iria durar cerca de quatro décadas. Mas as ideias básicas para organizar a ciência ficaram – e serviram de quadro ao desenvolvimento do sistema de ciência e

tecnologia americano, cuja influência foi marcante para os dos outros países do mundo ocidental. O quadro de referência foi, no entanto, marcado por um novo ambiente de guerra... agora fria.

Que ideias principais eram essas? Primeiro, que o governo federal não deveria interferir nos planos das indústrias privadas, excepto na área da defesa nacional. «O modo mais importante que o Governo tem para promover a investigação industrial é pelo aumento do fluxo de novo conhecimento científico, através do apoio à investigação básica e pela ajuda no desenvolvimento do talento científico». A segunda ideia principal era que a política científica federal devia concentrar-se no apoio à investigação realizada nos centros e institutos universitários, sugerindo-se assim que as universidades fossem ocupar o centro vital do sistema de investigação norte-americano.

Sabemos como estas ideias fizeram carreira, ajudadas pela ordem mundial da Guerra Fria. Os EUA puderam lançar uma poderosa máquina económica de predação e acumulação de capital (as empresas multinacionais) à conquista dos novos territórios “aliados”, usando como estratégia de diversificação a alta intensidade tecnológica (em resultado directo do aumento do fluxo de novo conhecimento científico). Utilizando, quando conveniente, os grandes contratos federais relacionados com a defesa, os novos sectores de alta intensidade tecnológica emergentes passaram a ditar o ritmo da mudança nas nossas sociedades.

Por outro lado, deu-se no sistema universitário americano o aparecimento de um novo tipo de universidades, as “research universities” (universidades de investigação) ou “universidades da Guerra Fria”, das quais Stanford é o melhor exemplo, que se tornaram centros de investigação fundamental sob contrato, atraindo vultuosos contratos federais no domínio da defesa, realizando uma enorme actividade de colaboração em projectos com a indústria, reunindo à sua volta uma constelação de laboratórios de desenvolvimento de armamento e de novas tecnologias a todos os títulos notável.

Um clima favorável ao crescimento científico e tecnológico foi assumido como o modo americano de marcar o passo do mundo. Num outro importante relatório do Conselho de Investigação Científica do Presidente dos EUA (de Agosto de 1947) intitulado “Science and Public Policy”, traçavam-se pela primeira vez cenários para a ciência num horizonte de dez anos. E aí recomendava-se que as despesas em I&D (investigação científica e desenvolvimento experimental) duplicassem nesse intervalo de tempo, de modo a que atingissem, em 1957, 1% do produto interno bruto (PIB).

O presidente Truman acolheu esta mensagem e no discurso que fez perante a 100.^a Assembleia Anual da AAAS (Associação Americana para o

Progresso da Ciência), em 1948, referiu a necessidade de duplicação do volume do esforço científico e tecnológico de modo a que se alcançasse o valor de 1% do PIB em dez anos, ou seja em 1958. Mas a máquina de dominação político-económica americana estava imparável: de facto, os EUA atingiram nesse ano um nível de despesas em I&D equivalente a 2,36% do PIB.

Nos quarenta anos que mediaram entre 1958 e 1998, muito se passou, nos EUA e no Mundo: a crise dos mísseis de Cuba, a Guerra do Vietname, os “choques do petróleo”, as primeiras políticas para a inovação e o primeiro homem na Lua, a Senhora Thatcher, a “guerra das estrelas”, o acidente de Chernobyl, a queda do muro de Berlim, a emergência da economia baseada no conhecimento, a Internet...

Os EUA continuam a investir em I&D mais do qualquer outro país do mundo (cerca de 44% do total da área da OCDE) e o volume de financiamento actual é o maior de sempre (227 biliões de dólares em 1998, dos quais 66% provêm do sector privado). O valor do indicador despesa de I&D em relação ao PIB flutuou durante estes 40 anos (de acordo com os contextos internacionais vividos) atingindo 2,88% em 1964, descendo para 2,13% em 1978, subindo para 2,27% em 1991, inflectindo para 2,43% em 1994, mas recuperando desde então, situando-se a 2,67% em 1998.

Precisamente em 1998, o presidente Clinton discursou perante a 150.^a Assembleia Anual da AAAS, sendo o discurso que proferiu bastante revelador do estado da relação da ciência com a sociedade nos finais do século XX.

O presidente já não se referiu inflamadamente à necessidade de duplicar o esforço científico e tecnológico, mas especificou tão somente que o orçamento proposto pela Administração continha aumentos para as principais agências científicas federais. Naturalmente, enormes mudanças ocorreram no campo da ciência e da tecnologia. Em 1948 não existiam ainda as ciências do espaço, nem as tecnologias da informação.

Mas talvez o maior contraste tenha sido na ênfase posta nas expectativas sociais face à ciência. As palavras-chave saúde, prosperidade, segurança, que vinham do relatório de V. Bush, desapareceram e deram lugar à trilogia: economia, ambiente qualidade de vida. Naturalmente, 50 anos antes a agenda política era dominada pela questão da defesa. No final do século, com as cinzas do império soviético bem enterradas sob o manto virtual da globalização, a agenda nacional era dominada pela competitividade e pelos mercados.

Este estado de espírito permeia o texto do relatório “Unlocking our Future: Toward a New National Science Policy” publicado (na Internet) igual-

mente em 1998, da autoria do Comité de Ciência da Câmara de Representantes. A preocupação central é com a contribuição da ciência e da tecnologia para o ambiente, para a qualidade de vida, para a tomada de decisões, para a cultura geral. As suas principais recomendações estão agrupadas em quatro grandes capítulos (cujos títulos são reveladores): (i) assegurar o fluxo de novas ideias; (ii) o papel do sector privado no esforço científico; (iii) garantir que as decisões técnicas governamentais são baseadas em boa ciência; (iv) a sustentabilidade do esforço científico – a importância da educação.

Que sentido pode tirar-se destas mensagens? Talvez que a capacidade de fazer funcionar grandes parcerias entre as universidades, as empresas e a administração, bem como a de definir grandes objectivos nacionais, tenha sido essencial para a robustez do esforço norte-americano. Foi porventura esta combinação de vontades que permitiu conseguir como nunca antes a passagem das ideias mais fundamentais para as aplicações, e daí para o negócio eficaz.

Mas as interrogações não desapareceram: por detrás do discurso arrogante e dominador pressentiam-se inseguranças no que tocava à sustentabilidade da base de apoio de todo o empreendimento tecnocientífico – preocupações crescentes com a educação e com o ambiente, por incapacidade de definição dos valores que deveriam orientar o caminho para o futuro. Quase que se lamentava não haver outra guerra para compensar esta indefinição.

Muitas interrogações, genuínas, são levantadas pelas novas condições, criadas com a situação pós-11 de Setembro, no que respeita aos caminhos e trajectórias da tecnociência.

3. Por uma nova narrativa e novos valores

A situação em que presentemente vivemos exhibe sinais preocupantes de imprevisibilidade e de instabilidade. Isto é, a globalização, tal qual a conhecemos, não resolve os problemas, nem equaciona as questões, do viver em conjunto sobre a Terra. De resto, nunca foi esse o seu fôlego. A globalização preocupa-se com a racional e eficiente afectação dos recursos económicos, com o alargamento e o bom funcionamento dos mercados, com a boa “arrumação” das sociedades humanas traduzida por contas transparentes e avaliações conscienciosas.

Se a vida fosse um jogo, com regras bem estabelecidas e duradouras, o mundo poderia muito bem ser um mercado global, em que a participação de cada um se tornasse tão estimulante como uma sessão de “Monopólio”. Mas o jogo da vida não se desenvolve à dimensão das vaidades nem das

ambições dos homens. A vida tem regras que desconhecemos. Há regras que são introduzidas sem o sabermos. Há regras que são eliminadas num abrir e fechar de olhos. Vive-se, portanto, na contínua descoberta de como funcionar nas novas condições, de como aprender e apreender, a tempo, o sentido do jogo que se desenrola no quotidiano.

A procura de uma ordem é que dá o sentido à vida que levamos. Mas para que esse sentido seja evidente, temos que perceber que a nova ordem é sempre resultado de uma perspectiva sobre o mundo, sobre os outros e sobre nós próprios. Uma perspectiva forjada no confronto entre os interesses que estavam em jogo e os novos interesses que emergem, trazidos pela operação segundo novas regras, internas ou externas, que passam a dirigir o jogo, até nova ordem.

Quais são, pois, os contornos da ordem em que estamos mergulhados neste início do século XXI? Muito simplesmente, contornos semelhantes aos que existiam na Europa antes de Vestefália (desde o fim do poder dos senhores feudais) ou após a queda do Império Romano: os da força do mais violento, os do terror do mais forte.

Não interessará muito apurar se é melhor ser um pobre globalizado, se um excluído da globalização. Nem se a culpa do subdesenvolvimento reside na globalização, ou na incapacidade de os próprios se globalizarem. Com certeza, o mundo não melhora se todas as comunidades se fecharem aos argumentos dos parceiros, impedindo uns, rejeitando outros, a utilização dos meios tecnológicos à disposição para garantir a sobrevivência de uma população humana a caminho dos oito mil milhões em 2020. E com uma alteração climática evidente, não dando espaço para que seja excluída de qualquer plano de natureza estratégica.

Importa tomar consciência deste facto. As civilizações que se sucederam, no nosso planeta, foram afirmações inequívocas de um renegar dos imperativos imediatistas. Cada uma à sua maneira, no seu contexto, organizando as suas gentes nos tempos e nos espaços de que dispunham. Gerando códigos de conduta moral, princípios e regras quanto aos costumes e valores que os guiaram na construção material e social que os caracterizaram. A nossa época só é singular por ser a nossa e por sermos nós a sentir a incerteza do devir. Igualmente, as soluções de futuro que conseguirmos encontrar serão inequivocamente as nossas. Ficarão a fazer parte do património comum da humanidade, para os vindouros.

A luta pela democracia, hoje, assume-se em três vectores essenciais: por reinventarmos o poder emancipador do conhecimento, com mais e melhores ciências, ciências sociais e outros saberes argumentativos; por reintroduzirmos a escola como o local privilegiado da aprendizagem para a cidadania

plena; por instalarmos e defendermos uma sociedade do reconhecimento, em que a valorização do outro como interlocutor corresponda ao pulsar planetário da nossa espécie.

É necessário terminar e, ao terminar, lembrar o pertinente “Aviso à Europa” lançado pelo grande Thomas Mann no início do tormentoso ano de 1937:

Em todo o humanismo há um elemento de fraqueza que vem da sua repugnância por qualquer fanatismo, da sua tolerância, e da sua inclinação para um cepticismo indulgente, numa palavra, da sua bondade natural. Mas isso pode, em certas circunstâncias, tornar-se fatal. Aquilo de que nós teríamos necessidade, hoje, seria de um humanismo militante, um humanismo que afirmasse a sua virilidade e que estivesse convencido de que os princípios da liberdade, da tolerância e do livre arbítrio não têm o direito de se deixar explorar pelo fanatismo sem vergonha dos seus inimigos. Será o humanismo europeu incapaz de ressurgir, armando os seus princípios com o seu valor de combate? Se já não for capaz de tomar consciência de si próprio, de se preparar para a luta com um renovar das suas forças vitais, o humanismo europeu morrerá, e com ele a Europa, cujo nome não será mais que uma expressão puramente geográfica e histórica. E não nos restará mais, então, do que procurar um refúgio fora do tempo e fora do espaço. (Mann, 1937)

Confio em que não é tempo, ainda, de procurar refúgio.

Referências Bibliográficas

- Braudel, Fernand (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Armand Colin.
- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- Hodgson, Geoffrey (1999), *Economics and Utopia*. London: Routledge.
- Lindblom, Charles (2001), *The Market System*. Yale University Press.
- Mann, Thomas (1937), *Avertissement à l'Europe*. Paris: Gallimard.
- National Science Board (2000), *Science and Engineering Indicators 2000*. Arlington: National Science Foundation.